

Desta forma, afirmamos que:

- Queremos construir projetos de geração de energia renovável de forma descentralizada, justa e democrática, que incluam e beneficiem as populações locais. Sabemos que há experiências no estado da Paraíba, no Brasil e em vários países da Europa que demonstram a eficiência desses modelos verdadeiramente alternativos.

- O Brasil é detentor de um dos maiores recursos solares do planeta, sendo reconhecido que a micro e minigeração de energia fotovoltaica são capazes de fornecer toda a energia necessária para atender às demandas para o desenvolvimento do país.

- Já há em funcionamento em países da Europa parques eólicos comunitários e públicos que contam com planejamento adequado para a geração e a comercialização de energia elétrica.

Além disso, é necessário que:

- Possamos abrir um amplo debate na sociedade sobre a geração de energia, que contemple os pontos de vista das comunidades atingidas, entendendo que há um custo local que precisa ser colocado na conta do que entendemos por “energia limpa”.

- Seja democratizado o debate sobre o regime jurídico que regula os contratos de cessão de uso da terra e que as famílias agricultoras possam ter ciência do seu teor, além da incorporação de cláusulas que facilite o controle social dos empreendimentos.

- A implantação dos parques eólicos seja feita mediante consulta coletiva às comunidades diretamente afetadas pelos empreendimentos e que nesse processo sejam esclarecidos e debatidos os benefícios, mas também os impactos negativos dos parques de forma que as comunidades possam decidir coletivamente pelo arrendamento ou não das terras.

- Sejam aperfeiçoados a legislação e o processo de licenciamento ambiental de forma a mitigar os efeitos negativos à população local e ao ambiente.

- Que o Estado assuma o papel propositivo e de gestão de políticas descentralizadas de produção de energia elétrica.

Nós agricultoras do Polo da Borborema, manteremos nosso compromisso em defesa do nosso território. Dos nossos ventos, faremos furacões em busca da justiça social e ambiental, na defesa da nossa agricultura e da mãe terra.

Solânea, 02 de maio de 2022



**MARCHA PELA VIDA
DAS MULHERES
E PELA AGROECOLOGIA**

**BORBOREMA
AGROECOLÓGICA
NÃO É LUGAR
DE PARQUE EÓLICO**

**MULHERES
EM DEFESA DO
TERRITÓRIO**

13ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia Mulheres em defesa do território: Borborema Agroecológica não é lugar de parque eólico

Nós, mais de 4 mil mulheres agricultoras do Polo da Borborema, neste 02 de maio de 2022, ocupamos as ruas de Solânea-PB em defesa do nosso território agroecológico. Nos somamos assim, à luta da CPT, da CÁRITAS-NE, do CERSA, do Centro Feminista 8 de Março (CF8), da ASA Paraíba e de outras dezenas de organizações, movimentos sociais e instituições de pesquisa e desenvolvimento contra a ameaça do avanço no Semiárido brasileiro dos grandes empreendimentos centralizados de produção de energia renovável (eólica e solar).

O território da Borborema é o espaço onde vivem mais de 20 mil famílias agricultoras que, todos os dias, trabalham na produção de alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos. Somos guardiãs e ativas defensoras das sementes da paixão, das águas, das matas, dos solos e de todas as riquezas que a mãe terra nos proporciona.

Vivemos no Semiárido paraibano e sabemos o quanto nosso meio ambiente é sensível às mudanças climáticas. Nos últimos 10 anos, testemunhamos um dos mais intensos e prolongados período de estiagem, que foi capaz de intensificar o desgaste e a degradação do nosso meio ambiente. Além da pouca chuva e da sua irregularidade no tempo e no espaço, vivemos o aumento da temperatura média, e o conseqüente aumento da evaporação das águas, o que vem impondo novos desafios no fazer da agricultura para garantir segurança alimentar e qualidade de vida. Esse fenômeno evidencia a expressão local de uma crise climática global, produto de um padrão de desenvolvimento centrado no consumo intensivo de energias fósseis.

Realização



SINICATO DOS
TRABALHADORES E
TRABALHADORAS
RURAIS DE SOLÂNEA



Apoio



Alternativamente, sabemos que, por suas características, o Semiárido Brasileiro apresenta um elevado potencial de geração de energia renovável, sobretudo solar e eólica. Todavia, somos conhecedoras do quanto os grandes empreendimentos de geração de energia renovável de forma concentrada, sem qualquer regulação por políticas públicas, também potencializam impactos socioambientais, que igualmente agravam os efeitos das mudanças climáticas na região e inviabilizam a agricultura familiar.

Assim, nas ruas de Solânea, em defesa da nossa **Borborema Agroecológica**:

Afirmamos que:

- A energia renovável é a alternativa à matriz energética e ao modelo de produção agrícola atualmente dominantes no Brasil, assentados no uso de combustíveis fósseis. Contudo, junto à implantação de um modelo alternativo, é imperativo que possamos abrir um amplo debate na sociedade sobre os atuais padrões de produção e consumo. Apresentamos a agroecologia como um novo modelo de produção capaz de conservar a base de recursos naturais e garantir a produção de alimentos saudáveis para o conjunto da sociedade.

Denunciamos que:

- O modelo assentado em grandes empreendimentos de geração centralizada de energia renovável constitui uma ameaça à vida e ao trabalho das populações e dos territórios da agricultura familiar e dos povos tradicionais.

- Localmente, os impactos ambientais decorrentes da implantação e do funcionamento desse modelo são incomensuráveis. A caatinga é um bioma frágil e suscetível à desertificação. Para a implantação dos sistemas centralizados de geração de energia, são desmatadas grandes áreas de vegetação, colocando em risco a fauna e a flora local, são soterradas infraestruturas hídricas, perfurados poços que comprometem os corpos hídricos, ao mesmo tempo que os aerogeradores mudam a circulação dos ventos e as placas solares aumentam ainda mais a temperatura local, dentre outros impactos.

- Associados ao um discurso de “progresso” e “desenvolvimento”, os parques eólicos em implantação no Semiárido são uma nova forma de apropriação e controle das terras e dos territórios para a acumulação de lucros privados por grandes corporações econômicas internacionais ao mesmo tempo que geram enormes e irreparáveis custos sociais para as populações. As empresas ocupam as terras, redesenham as comunidades, cercando os espaços produtivos e de vida, e mudando completamente o conceito do lugar e da paisagem que marcam nossa cultura local.

- Os danos da chegada desses grandes empreendimentos são particularmente maiores às nossas vidas, aos nossos corpos, aos nossos trabalhos, à nossa saúde. Além do aumento do trabalho doméstico em razão da poeira, das cisternas de estocagem de água rachadas, do cerceamento da liberdade de ir e vir das crianças e dos adultos, denunciamos o aumento da violência de gênero, os assédios morais e sexuais e a prostituição que acompanham a implantação dos parques eólicos. Não são raras as denúncias dos “filhos do vento”, quando mulheres e meninas são obrigadas a se responsabilizarem sozinhas pelas crianças geradas durante a passagem das empresas.

- Vertigem, insônia, perda de concentração, nervosismo, estresse, ansiedade, depressão, surdez são as doenças mais comuns associadas à proximidade dos aerogeradores das casas das famílias agricultoras. O agravamento do quadro de danos à saúde faz com que muitas famílias abandonem suas terras para viver em outras localidades ou nas ponta de rua.

- Ao transferir para as empresas o uso da terra, é priorizada sua destinação para a geração de energia, subjugando aquelas famílias aos interesses das empresas e, muitas vezes, condenando-as à fome e à miséria.

- A assinatura dos contratos com as empresas evolui o risco de perda da titulação da terra como “imóvel rural”, tal como está qualificado no Artigo 4º do Estatuto da Terra. Com isso, os moradores cedentes são desqualificados como “agricultores familiares” e perdem os direitos sociais e previdenciários conquistados a duras penas pelos movimentos sociais.

- A análise dos contratos propostos evidencia que não há garantia de pagamento de renda mínima pelo uso da terra, tal como é proclamado na propaganda difundida pelas empresas. As famílias cedentes não possuem qualquer tipo de controle sobre a geração de energia em sua propriedade, bem como não conseguem saber o quanto seria de direito o valor que lhes é devido.

- Não há como desistir do contrato. São impostas multas milionárias para desistência e mais: cada contrato tem uma longa vigência (de 30 a 50 anos), renovável automaticamente, caso seja de interesse da empresa. Além disso, as obrigações assumidas no contrato são extensivas aos herdeiros no caso do falecimento do proprietário ou aos eventuais compradores daquela terra.

- Para além do domínio da terra pelo capital estrangeiro, o que se vive é um processo de reconcentração fundiária por empresas que querem especular com a venda da energia.

Aceitar a implantação desses grandes empreendimentos eólicos em nosso território seria como assinarmos um atestado de desistência da agricultura de base agroecológica, que há 25 anos estamos construindo em nossa região e colocar em risco a segurança alimentar, hídrica e a propriedade da terra, agravando as desigualdades sociais.